

Texto publicado no livro *Extensão em perspectiva*, pela Editora da Unicentro, em 2019, organizado por Andressa Kolody e Dan Junior Alves Nolasco Belém

A Universidade se pinta de povo: uma parceria entre a Unicentro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹

Marlene Lucia Siebert Sapelli²
Valter de Jesus Leite³
Marcos Gehrke⁴

Introdução

O objetivo desse capítulo é analisar experiências de extensão/comunicação, realizadas a partir da parceria entre o Laboratório de Educação do Campo da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na perspectiva de estabelecer relações com as comunidades do campo, por meio da realização de processos formativos.

A Universidade pública, ao realizar a extensão/comunicação, pode cumprir sua função social, pois a mesma é “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (BRASIL, 2007, p. 17).

Sistematizamos as informações nesse capítulo a partir de pesquisa bibliográfica, análise documental e levantamento de acervo produzido nas ações em questão. Na pesquisa bibliográfica buscamos suporte em Freire (1971; 1987), Corrêa (2007), Luckesi (1986) e Sapelli (2013). Para análise documental retomamos todos os documentos dos projetos realizados na parceria em questão, bem como registros fotográficos. O levantamento do acervo foi feito a partir da Biblioteca do Laboratório de Educação do Campo.

Na primeira parte discutimos a concepção de extensão/comunicação, a partir da produção de Paulo Freire. Em seguida, explicitamos a trajetória do Laboratório de Educação do Campo na realização das ações em questão, a função social da Universidade e a natureza do MST. Para concluir, apresentamos os projetos desenvolvidos a partir dessa parceria e as

¹ Texto revisado por Ana Carolina de Godoy, Mestre em Letras pela Unicentro, docente da Faculdade Guairacá (Guarapuava/PR); e-mail: anacarolgodoy@hotmail.com

² Docente do Departamento de Pedagogia da Unicentro; Doutora em Educação pela UFSC; integrante do Coletivo Estadual de Educação do MST/PR; e-mail: marlenesapelli@gmail.com

³ ³ Membro do Coletivo de Coordenação da Escola Itinerante no Paraná; integra o Setor de Educação do MST; Mestre em Educação pela UNIOESTE – campus Cascavel; e-mail: valterleitemstpr@gmail.com

⁴ Docente do Departamento de Pedagogia e do PPGE da Unicentro; Doutor em Educação pela UFPR; integrante do Coletivo Estadual de Educação do MST/PR; e-mail: marcosgehrke@gmail.com

publicações deles decorrentes, analisando as dimensões política, social e pedagógica das ações, buscando enfatizar, especialmente, o diálogo estabelecido entre a Universidade, as comunidades do campo e o MST, bem como a importância da relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Extensão ou comunicação? O papel da extensão na relação com a comunidade, compreendida a partir da contribuição de Paulo Freire

Para analisar a parceria em questão, entendemos ser de fundamental importância explicitar nossa concepção de extensão/comunicação. Para isso, partimos da discussão que Paulo Freire faz tomando como objeto a extensão feita por agrônomos com camponeses chilenos. Para registrar suas reflexões, o autor publicou, em 1968, no exílio, pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, em Santiago de Chile, sua obra “Extensão ou comunicação?”. Nela, Freire faz uma análise crítica e radical do trabalho de extensão agrícola promovido pelos Estados Unidos na América Latina. Seus conceitos são produzidos no contexto de luta por libertação na América Latina, na qual a dependência-dominação era a marca dessa realidade também nos anos de 1960 e 1970. A obra questiona, já em seu título, qual seria a melhor metodologia a ser desenvolvida pelo sujeito da ação transformadora por meio da extensão: **estender** seu conhecimento técnico, político ou científico ou **comunicar-se** nos cenários que se pretende transformar.

Para responder a essa problematização inicial, o autor faz uma abordagem semântica e gnosiológica ao termo *extensão* e sua relação com o termo *invasão cultural*. Do ponto de vista semântico, *extensão* relaciona-se com “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação [...]” (FREIRE, 1971, p. 22).

Para Freire (1987), as relações do homem-mundo mostram-se relações de construção e de aprendizagem, sempre políticas. Logo, o espaço agrário, rural ou do campo pode ser visto como espaço político-pedagógico da comunicação educadora entre os sujeitos que ali vivem, trabalham e lutam, com os demais sujeitos e processos formativos que circunstanciam a vida no campo ou em qualquer contexto.

Quando Freire (1971) analisa o trabalho de extensão dos agrônomos com os camponeses chilenos, verifica que o objetivo extensionista é substituir os conhecimentos camponeses pelos conhecimentos de outro, o agrônomo, isso articulado e estendido à ação sobre a realidade. Portanto, Freire entende que a extensão não é uma ação educativa para ‘liberdade’ e sim à ‘dominação’. Segue argumentando que, do ponto de vista gnosiológico, a prática dinâmica da

extensão reduz-se à ação de estender. A teoria implícita na ação de estender, na extensão, para ele é antidialógica, logo, incompatível com a educação verdadeiramente autêntica.

Outros destaques sobre a prática de extensão ainda podem ser trazidos segundo Freire (1971): “[...] ações que, transformando o homem quase ‘coisa’ o negam como um ser de transformação do mundo” (p. 22); “O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação” (p. 41); “[...] aquele que é ‘enchido’ por outro de conteúdo sem que seja desafiado, não aprende” (p. 28).

Na contraposição da perspectiva extensionista, Freire traz a comunicação. O autor chama a atenção dizendo que ainda que seja uma obviedade, o homem é um ser de relações, logo, de comunicação, e segue argumentando “o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano” (FREIRE, 1971, p. 65). Por isso, ao se referir à produção do conhecimento e suas esferas – a gnosiológica, a lógica e a histórica – agrega a relação dialógica, segundo ele, indispensável no ato de conhecer.

Nessa perspectiva, o diálogo é compreendido como a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador, e a relação é condição dos seres humanos no mundo e com o mundo (FREIRE, 1987). O diálogo é a possibilidade metodológica de dizermos o mundo desde o nosso modo de ver, mas, fundamentalmente, o diálogo é práxis social, pois implica o engajamento e a luta para transformar a existência, a realidade. Portanto, a palavra dita se forja ação humanizadora dos sujeitos envolvidos na ação cultural.

Freire (1971) colabora com uma demarcação importante, entendendo que a comunicação implica em diálogo e que este, por natureza, é comunicação. Portanto, a comunicação se efetiva na relação entre sujeitos ativos, críticos, participativos nas ações de trabalho e luta produzidas historicamente. Ainda, o diálogo não invade, não estende, não transfere, não doa, não enche o outro de saberes e conhecimentos alheios.

A título de síntese e retomada da questão inicial – Extensão ou comunicação? – nossa resposta é comunicação, pois ela é condição para a educação. Ambas implicam diálogo, humanização, mediação, interlocução, participação, transformação.

As análises de Freire acerca da ação dos agrônomos extensionistas junto aos camponeses chilenos não se distanciam das reflexões necessárias acerca das ações de extensão que, em geral, são realizadas. Ao estabelecermos parceria com o MST para realizar tais ações, a concepção que nos sustenta é justamente a da comunicação, ou seja, não agimos para estender conhecimento, para realizar ações, para modificar as comunidades, mas buscamos realizar ações com sujeitos ativos, inseridos na luta social, com história e cultura própria, que devem

ser consideradas, buscando estabelecer diálogo e, decorrente disso, objetivando o engendramento de processos formativos na perspectiva de emancipação humana e transformação social.

O documento intitulado “Extensão Universitária: Organização e Sistematização”, do Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, indica praticamente a concepção de Freire em relação à extensão/comunicação ao apresentar as diretrizes: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão.



No documento, a diretriz “Impacto e transformação” é indicada no sentido de se estabelecer “uma relação entre a Universidade e outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas” (CORRÊA, 2007, p. 18). Isso orienta a eleger questões prioritárias diante da complexidade e diversidade da realidade, buscando formular soluções que exigem compromisso pessoal e institucional. A aplicação desta diretriz implica assumir metodologias participativas e não deve ser entendida no sentido da Universidade substituir as funções que são responsabilidade da outra parte do Estado. A Universidade pública, pela sua natureza, deve se constituir como uma prestadora de serviços à comunidade, principalmente para atender as necessidades da classe trabalhadora enquanto classe para si. Infelizmente, em processos de avaliação da extensão/comunicação, essa diretriz é compreendida de forma unilateral, focando apenas em impactos e transformação de caráter econômico ou, ainda, de colocar a Universidade a serviço do capital, do setor privado.

O impacto e a transformação a que se refere a diretriz não diz respeito apenas às comunidades envolvidas nos projetos de extensão, mas à própria Universidade, pois se a Universidade impacta, influencia, transforma, igualmente nesse processo ela é impactada, influenciada e transformada.

A segunda diretriz, “Interação dialógica”, caracteriza a relação entre a Universidade e os demais setores sociais necessária para colocar em diálogo diferentes saberes, promovendo uma troca de saberes e alianças com movimentos sociais (CORRÊA, 2007). Na concepção freireana de extensão, isso expressa a posição de ‘comunicação’, de perceber o outro como sujeito de cultura, de trabalho, de posicionamento próprios. A extensão passa a ser ‘com’ e não ‘para’ as comunidades. A Universidade se abre para deixar-se ocupar por sujeitos coletivos e individuais inseridos e situados na luta de classes, sem preconceito. Os saberes confrontados, colocados em diálogos, são horizontalizados e não hierarquizados. Nesse sentido, a Universidade se posiciona, se engaja à luta da classe trabalhadora.

A terceira diretriz, “interdisciplinaridade”, indica a “interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade [...]” (CORRÊA, 2007, p. 18). Isso pode ser analisado considerando que, no desenvolvimento da extensão, conhecimentos de muitas áreas são acionados por meio do envolvimento de muitos sujeitos. Há, portanto, produção de conhecimento e de método de trabalho. O caminho que cada instituição percorreu se expressa em acúmulo de experiências, de avanço teórico, de construção de soluções. O encontro das instituições na extensão/comunicação promove, justamente, a interação entre as mesmas, portanto, o enriquecimento dessas trajetórias e a qualificação coletiva nos processos.

E a quarta diretriz, “indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão”, indica que “[...] toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento” (CORRÊA, 2007, p. 18). Segundo o artigo 207, da Constituição Brasileira, a Universidade deve estar apoiada na indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

Muitas vezes, na Universidade, a extensão/comunicação ocupa um lugar secundário em relação ao ensino e à pesquisa, que estão intimamente relacionados, nessa perspectiva, à graduação e à pós-graduação, respectivamente. Com essa vinculação à pós-graduação, a pesquisa ganha um status superior em relação aos dois primeiros, inclusive dando destaque aos professores que se dedicam somente à pesquisa. Ocorre também, nesse sentido, uma elitização da pesquisa, pois os estudantes que são convidados a se dedicar a ela, muitas vezes, são os que

não precisam trabalhar para seu sustento, no período de formação inicial na Universidade. Em outras situações, as Universidades ora enfatizam um, ora outro.

Conectar ensino, pesquisa e extensão/comunicação decorre exatamente do fato de considerarmos que a Universidade tem um compromisso com a sociedade, em geral, e mais diretamente com as comunidades nas quais estão inseridos seus estudantes. Universidade que possibilita processos qualificados de extensão/comunicação coloca seus docentes, funcionários e estudantes em contato com questões da realidade, com desafios concretos, com problemas reais das diferentes áreas e em diferentes contextos, possibilitando que se movimente o ensino e a pesquisa para enfrentá-los e resolvê-los. Só existe pesquisa engajada se houver extensão. Isso exige processos de planejamento, de estudo, de interação, de posicionamento, de análise, de sínteses, de articulação de diversos coletivos. Portanto, potencializa várias aprendizagens, de caráter conceitual, atitudinal e procedimental.

Os sujeitos coletivos envolvidos no processo

Como já dissemos, os projetos de extensão aqui analisados foram realizados a partir de uma parceria entre dois sujeitos coletivos: o Laboratório de Educação do Campo da Unicentro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um, institucionalizado na Universidade; o outro não institucionalizado, inserido na luta pela terra. Os dois se encontram justamente no movimento de ocupação da Universidade pela classe trabalhadora.

O Laboratório de Educação do Campo da Unicentro (LAEC)

O Laboratório foi criado, especialmente, a partir da implementação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UNICENTRO, 2009), que resultou de uma discussão e ação conjunta entre a Universidade, representantes dos municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Cândói, Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu; três Movimentos Sociais do campo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação Agroecológica (CEAGRO) e a Articulação Centro-Oeste de Educação do Campo, possibilitado por meio de edital específico.

Em 2013, constituiu-se o Grupo de Pesquisa, registrado no CNPq, Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MovEcampo). Muitos trabalhos de pesquisa sobre

Educação do Campo já foram orientados pela equipe do Laboratório. No mesmo ano, foi institucionalizado o Laboratório.

Alguns pesquisadores do LAEC atuaram/atua na pós-graduação, inclusive no Mestrado em Educação/Unicentro. A equipe do Laboratório também se preocupou com a constituição de uma biblioteca específica com acervo especializado na área e com ordenação própria. Assim, o acervo está constituído com obras adquiridas por meio de recursos públicos dos projetos e programas executados. A biblioteca é resultado do trabalho vivo dos sujeitos envolvidos, disponível para os demais usuários.

Vários eventos foram realizados em parceria com outras instituições. Isso decorre da articulação da Universidade desde o departamento de pedagogia, nele o LAEC, com os movimentos sociais, prefeituras, escolas, da região e do estado do Paraná. Dessa articulação e parceria foi criada a Articulação Regional de Luta Organizada por uma Educação do Campo, e há também a participação na Articulação Estadual por Uma Educação do Campo. Hoje, o grupo representa a Unicentro no Fórum Nacional de Educação do Campo.

O financiamento das ações, na maior parte, vem de fora do estado do Paraná, de editais Federais. Com isso, o grupo responsável pelas ações já trouxe para a Universidade mais de R\$ 2,5 milhões em recursos.

Várias foram as produções e publicações feitas pela equipe do LAEC. Uma delas é o Jornal MovEcampo, com publicação semestral, que está em sua 7ª edição. Ele é constituído pela produção das escolas envolvidas nos programas e projetos, dos integrantes do MST, dos acadêmicos dos cursos e dos professores do grupo. Esse jornal, uma vez impresso, retorna para as escolas e acadêmicos, fazendo-se instrumento de comunicação do conhecimento científico, cultural e popular. Além do Jornal, foram publicados outros livros/cadernos, todos produto do processo do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST é um dos maiores, senão o maior, movimento social do Brasil e foi criado oficialmente em 1984, mas tem antecedentes históricos importantes: os processos migratórios, as Ligas Camponesas, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a fundação de muitos sindicatos rurais, ocupações em vários estados, e a construção de usinas hidrelétricas. Teve para sua constituição várias influências partidárias, sindicais e até religiosas, por meio da Teologia da Libertação (SAPELLI, 2013).

Na luta pela mudança da estrutura fundiária brasileira, o Movimento promoveu muitas ocupações e muitos confrontos, dos quais resultou, no Paraná, por exemplo, a criação de muitos assentamentos e acampamentos, o que provocou uma mudança de vida às famílias que neles residem, bem como dos municípios nos quais estão inseridos.

Desde sua criação, o MST vem lutando pela Reforma Agrária e a essa luta agrega outras: por educação, por saúde, por moradia, por trabalho e renda, dentre outras. Mesmo não sendo o MST uma organização de trabalhadores que, primeiramente luta pela educação, compreende a imprescindível função que a educação exerce no processo de luta para alcançar seus três grandes objetivos que estão relacionados à luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social. A partir dessa compreensão, o MST se tornou um dos principais sujeitos coletivos, que contribuíram para forjar o grande movimento nacional em defesa da Educação do Campo, a partir dos anos 1990 (com a realização de duas conferências nacionais), do qual decorreu a criação da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, mais tarde, transformada em Fórum Nacional de Educação do Campo.

No que se refere à educação escolar, várias frentes de luta foram definidas: pelo acesso à escolarização desde a Educação Infantil até a pós-graduação; por processos de alfabetização de jovens e adultos; por qualificação profissional; por formação de professores. Assim, a força da necessidade levou o MST a buscar a Universidade, pois, desde o começo, constatou-se a impossibilidade de avançar na luta pela terra e na construção da Reforma Agrária Popular sem acesso ao conhecimento, sem uma formação mais complexa, fosse pelo acesso a cursos de graduação, pós-graduação ou por processos de extensão/comunicação.

Com essa preocupação em relação à educação, uma das ações a partir de 2003, no Paraná, foi a criação e conquista de vinte e seis escolas itinerantes, das quais, sete se constituíram em seis Colégios Estaduais do Campo e oito em Escolas Municipais do Campo nos assentamentos conquistados, cinco cessaram suas atividades e doze continuam como escolas de acampamento.

Outra ação foi a busca de parcerias junto às Universidades públicas, o que integra as lutas coletivas pela construção da educação do campo, a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil e o fortalecimento dos vínculos entre sujeitos que lutam pela reforma agrária e mudanças sociais, estejam eles no campo ou no interior das universidades.

Para ocupar as Universidades no Paraná, o MST criou demandas para a formação de professores, realizando em parceria cursos de graduação em Pedagogia e de licenciatura em Educação do Campo. Outras demandas do MST foram construídas por meio de projetos de extensão/comunicação. No estado, foram feitas parcerias com a Unicentro, Unioeste, UTFPR, UFFS, dentre outras.

Esta dinâmica do MST demanda à universidade as necessidades concretas e formativas no ensino superior, estabelece uma subversão da lógica predominante em que as universidades propiciam determinada oferta e forma, gerando um constante tencionamento e aprendizado, de mão dupla, tanto no âmbito normativo quanto no do conteúdo e da forma de acesso, à medida em que imprimem novas configurações aos cursos e aos projetos.

Portanto, a relação do MST com a Universidade está fundada na necessidade de elevar o nível de consciência política e de conhecimento da base social do Movimento, conhecimentos que se solidificam pela luta e na luta para, dessa maneira, qualificar o processo de resistência e por transformações societárias, que acontece pela ampliação da formação profissional, acadêmica, política e pedagógica em conexão com as necessidades reais e desafios históricos do campo brasileiro.

Projetos de extensão/comunicação consolidados a partir da parceria com o MST

A parceria da Unicentro com o MST aconteceu/acontece de 2008 aos dias atuais, por meio de vários projetos de extensão/comunicação e de pesquisa, como vemos no quadro que segue.

Quadro 1 - Projetos de extensão e pesquisa realizados por meio de uma parceria entre a Unicentro e o MST (2008 a 2018)

Título do projeto de extensão/comunicação	Ano de realização/ Meses	Objetivos/abrangência
Formação continuada	Setembro a dezembro de 2008.	Promover a formação de educadores do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, de Rio Bonito do Iguaçu.
Curso de formação continuada – reflexões e intervenções pedagógicas numa perspectiva crítica de educação para a emancipação humana	Maio a setembro de 2009.	Promover a formação de educadores do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, Ireno Alves dos Santos e Joaquim Nazaro, em Rio Bonito do Iguaçu.
Formação continuada para/com Educadores de Assentamentos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	Promover a formação de educadores dos Colégios Estaduais do campo: Ireno Alves dos Santos e Iraci Salete Strozak, dentre outros.
Curso de formação continuada: reflexões sobre currículo - do planejamento à ação política	Maio a dezembro de 2011	Promover a formação de educadores e funcionários das escolas de acampamentos e assentamentos do MST do Paraná.

Curso de formação continuada em Educação do Campo: reflexões sobre currículo, planejamento, e práticas de ensino	Maio dezembro 2012	a de	Promover a formação de educadores e funcionários das escolas de acampamentos e assentamentos do MST do Paraná.
Curso de formação continuada em Educação do Campo: reflexões sobre currículo, planejamento, e práticas de ensino II	Maio dezembro 2013	a de	Promover a formação de educadores, pessoas da comunidade e funcionários das escolas de acampamentos e assentamentos do MST do Paraná e de escolas estaduais (Guarapuava e Pitanga) e educadores das Universidades/instituições que assessoraram o processo de formação e de construção do Plano de Estudos para o Ensino Médio das escolas de acampamento do MST no Paraná.
Curso de formação continuada em Educação do Campo: reflexões sobre currículo, planejamento, biblioteca escolar e práticas de ensino	Abril dezembro 2014	a de	Promover a formação de Educadores e trabalhadores de bibliotecas de escolas públicas (foco nas escolas itinerantes do Paraná).
Curso de formação continuada em Educação do campo: reflexões sobre currículo, planejamento, biblioteca escolar e práticas de ensino II	Fevereiro dezembro 2015	a de	Promover a formação de educadores e trabalhadores de bibliotecas de escolas públicas (foco nas escolas itinerantes do Paraná).
Curso: Educação do Campo e formação em Agroecologia – do saber popular ao conhecimento científico” e Curso: Educação do Campo e formação em Agroecologia – do saber popular ao conhecimento científico II	Dezembro 2015 de dezembro 2017	de a de	Promover a formação dos educadores e da juventudes das Escolas itinerantes (Rio Branco do Ivaí, Ortigueira, Cascavel, Rio Bonito do Iguaçu, Jacarezinho, Porecatu) Obs. Esse projeto de extensão foi resultado da participação na chamada MCTI/MDA-IN CRA/CNPq n.º 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural, portanto, recebeu financiamento do CNPq para custeio e bolsas para 54 integrantes do projeto. Sua duração foi de 2015 a 2017. O projeto original, no âmbito do CNPq, intitulava-se Formação em Agroecologia dos jovens no Ensino Médio das Escolas Itinerantes do Paraná: do saber popular ao conhecimento científico para o cuidado com a terra e com a vida. Obs. O financiamento gerou dois projetos internos de extensão.
Curso: Planejamento por Complexos de Estudo no contexto da Educação do Campo	Maio dezembro 2018 (em andamento)	a de (em andamento)	Promover a formação dos educadores das Escolas itinerantes (Rio Branco do Ivaí, Ortigueira, Cascavel, Rio Bonito do Iguaçu, Jacarezinho, Porecatu)

Obs. Os projetos de extensão são nomeados como cursos, por exigência da Secretaria de Estado da Educação/PR, para reconhecimento dos certificados nos processos de seleção e avaliação dos docentes da rede estadual.

Fonte: organizado pelos autores a partir das propostas e dos relatórios dos projetos, 2018.

Em 2014, a equipe do Laboratório apresentou a proposta de pesquisa intitulada *Análise do processo de implementação, dos fundamentos teórico-metodológicos e da origem histórica da proposta curricular dos 'complexos de estudo'*, para a Chamada 43/2013 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, recebendo financiamento do CNPq para desenvolvê-la. Desta pesquisa resultou um trabalho junto às escolas itinerantes do Paraná; participação na publicação do livro *Caminhos para a transformação da escola 3*; publicação de artigos em eventos e o desenvolvimento de três projetos de Iniciação Científica e uma dissertação de mestrado.

A articulação da extensão/comunicação com a pesquisa, na parceria com o MST, provocou um processo riquíssimo de sistematização das aprendizagens feitas, dos processos realizados e resultou na publicação de várias obras, conforme mostramos no quadro que segue. O registro desses processos foi central, pois o consideramos instrumento importante para garantir a memória dos processos contra-hegemônicos na educação, da luta da classe trabalhadora para mudar a forma e o conteúdo da escola e da Universidade.

Quadro2 - Produção bibliográfica do LAEC em parceria com o MST (2010-2018)

REFERÊNCIA	CONTEÚDO
SAPELLI, Marlene L. S (org). Vozes da resistência: sobre práticas educativas nos tempos e espaços ocupados pelo MST. Guarapuava: Edunicentro, 2010	Apresenta um conjunto de artigos que explicitam experiências feitas pelo MST, em diferentes espaços, relacionadas a currículo, formação de professores, infância, identidade, gestão.
SAPELLI, Marlene L. S (org). Vozes da resistência II: sobre práticas educativas nos tempos e espaços ocupados pelo MST. Guarapuava: Edunicentro, 2015.	Apresenta um conjunto de artigos que explicitam experiências feitas pelo MST, em diferentes espaços, relacionadas a currículo, formação de professores, infância, fechamento de escolas, auto-organização dos estudantes.
GEHRKE, Marcos; HILÁRIO, Erivan e LUEDEMANN, Cecília (org.). Vozes da Resistência III. Guarapuava: Apprehendere, 2018.	Apresenta conjunto de artigos que explicitam experiências feitas pelo MST, em diferentes espaços, relacionadas a currículo, à organização do trabalho pedagógico em diferentes escolas; à ciranda infantil.
SAPELLI, Marlene L. S.; FREITAS, Luiz Carlos de e CALDART, Roseli Salete. (org.). Caminhos para a transformação da escola 3. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaio sobre os complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.	A equipe do LAEC contribuiu (projeto de pesquisa do CNPq) para a publicação da obra, na organização e construção de dois capítulos. A obra apresenta a experiência curricular dos Complexos de Estudo, implementada em escolas de acampamento e assentamento, no Paraná.
CALDART, Roseli Salete, Caminhos para a transformação da escola 4. Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.	Nessa obra foi publicado um capítulo, intitulado <i>Possibilidades de trabalho pedagógico com a agroecologia no caminho para transformação da escola: reflexões desde práticas do MST/PR</i> , sobre a experiência realizada no Projeto de Agroecologia, a partir da Chamada número 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural. Dois dos autores desse artigo foram os autores do capítulo (Marlene e Valter).
SAPELLI, Marlene L. S. (org) Agroecologia: do saber popular ao saber científico – para o cuidado com a terra e com a vida. Caderno de	Apresenta a experiência feita por cinco escolas vinculadas ao MST no âmbito do Projeto de extensão/comunicação “Curso: Educação do Campo e formação em Agroecologia – do saber popular ao conhecimento científico”.

Educação do Campo, volume 3. Guarapuava: Apprehendere, 2017.	
LIMA, Daiane de Oliveira et al. (orgs). Escrevedores da Liberdade. Produção coletiva dos estudantes da Escola Itinerante Caminhos do Saber/2014. (Impresso na Gráfica da Unicentro)	Caderno contendo produção textual de estudantes da Escola Itinerante Caminhos do Saber (Ortigueira/PR).
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (orgs). Escrevedores da Liberdade II. Guarapuava: Gráfica da Unicentro, 2015.	Caderno contendo produção textual de estudantes da Escola Itinerante Caminhos do Saber (Ortigueira/PR).
LIMA, Jones Fernando Jeremias; NASCIMENTO, Erika do; GODOI, Joélia Cordeiro de; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert Sapelli (orgs). Escrevedores da Liberdade IV. Guarapuava: Gráfica da Unicentro, 2017.	Caderno contendo produção textual de estudantes da Escola Itinerante Caminhos do Saber (Ortigueira/PR).

Fonte: organizado pelos autores a partir do acervo da Biblioteca do LAEC, 2018.

No desenvolvimento das ações de extensão/comunicação houve um profundo **envolvimento com várias comunidades** do campo do Paraná vinculadas ao MST, em assentamentos e acampamentos, que impactou e transformou, que potencializou interações dialógicas, que desencadeou estratégias interdisciplinares e interinstitucionais e garantiu, de certa forma, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O envolvimento com as comunidades exigiu a construção de metodologias participativas. Isso se iniciou pelo planejamento das ações, sempre definidas em conjunto, a partir das demandas apresentadas pelo MST, mas também na execução das ações, que envolveu estudantes, funcionários e professores da Unicentro e de diversas universidades parceiras, mas também integrantes do MST, de vários setores (saúde, educação, produção) que vivem nas comunidades envolvidas ou que coordenam o coletivo estadual de educação do Movimento no Paraná.

Como o esforço foi estabelecer a ‘comunicação’ e não a mera extensão, houve um diálogo importante entre os saberes presentes na Unicentro e nas comunidades, o que provocou a revisão do objetivo do próprio ensino. O primeiro impacto disso foi entender que não seriam os professores da Universidade, considerados como eruditos em algumas perspectivas mais retrógradas, que ensinariam. Segundo Luckesi et al (1986, p. 51), esse entendimento de que a universidade é o “nicho sagrado onde se produz e de onde emana o conhecimento, está baseado num posicionamento ideológico que pretende obscurecer o fato de que todos conhecem e podem conhecer, assegurando um esquema de autoritarismo [...]”. Muita coisa foi aprendida com os sujeitos inseridos nas comunidades, como, por exemplo, a inserção do estudo da agroecologia nos processos de formação, o que explicitou claramente o conhecimento das

comunidades em relação à realidade da produção no campo, às necessidades e aos caminhos necessários para implementá-la. Outro exemplo foi encontrar, no interior do coletivo da educação do Movimento, um avanço teórico importante sobre currículo, buscado no estudo dos autores da pedagogia socialista soviética (Pistrak, Shulgin, Makarenko, Krupskaya e outros), construído no forjar da luta pela terra e na própria relação com as universidades. Tais conteúdos passaram a ser inseridos, inclusive nos estudos na graduação e na pós-graduação. A partir disso, potencializamos a necessidade de construir uma Universidade vinculada à realidade, que analisa problemas concretos, que estimula a formação crítica dos estudantes e dos próprios professores e que acolhe os conhecimentos produzidos pelos sujeitos do campo.

As demandas das comunidades também exigiram uma ocupação da Universidade para que ela se colocasse a serviço da classe trabalhadora, o que aconteceu com algumas resistências internas. Entretanto, o resultado final, apesar disso, foi estabelecer vínculos importantes da Universidade (mesmo que a partir dos sujeitos e não de forma institucional) com os movimentos sociais, especialmente o MST, criando dinâmicas internas importantes e aproximação entre os próprios departamentos. Em várias ações foi necessário acionar professores e estudantes dos departamentos de Letras, de Educação Física, de Agronomia, de Matemática, de Arte, de Pedagogia, de Enfermagem, do Serviço Social, do Secretariado Executivo e da licenciatura em Educação do Campo, dentre outros, para realizar o trabalho. Isso implicou em mudanças, não só no departamento de Pedagogia no qual o LAEC está inserido formalmente, mas em vários departamentos da comunidade.

Outro aspecto foi a parceria estabelecida com professores de outras universidades, como a Universidade Federal Fronteira Sul, Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, o que exigiu, também, um trabalho interinstitucional. Tal fato indica, no Paraná, a constituição de uma rede de Universidades que já estabelecem relações com o MST na realização de várias ações de extensão/comunicação, de pesquisa, dentre outras. Esse processo também aproximou a Unicentro da Educação Básica, o que é uma necessidade no processo de formação de educadores e uma exigência para que a Universidade cumpra sua função social diante das comunidades.

Todas as ações de extensão/comunicação e de pesquisa, resultantes do envolvimento com diversas comunidades, contribuíram para **qualificar os processos de ensino** engendrados em vários espaços ocupados pelos envolvidos nessas ações, dentro e fora da Unicentro, além de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão/comunicação. Fora, nos encontros de formação continuada que envolveram educadores, funcionários das escolas e estudantes. Dentro, nos cursos de graduação, de especialização e Mestrado.

Nos encontros de formação continuada foram inseridos conteúdos relacionados à proposta curricular do MST, à agroecologia, à auto-organização dos estudantes, à luta pela terra, dentre outros temas vinculados à questão agrária.

Na graduação, vários conteúdos foram inseridos em disciplinas como Didática, Educação de Jovens e Adultos, Currículo, Metodologia da Pesquisa, Metodologia da Arte, dentre outros, trazendo elementos da realidade do campo. Em algumas dessas disciplinas, em alguns momentos, integrantes do MST estiveram presentes para socializar a proposta de educação das escolas itinerantes do Paraná. Houve também momentos em que, nessas disciplinas, os estudantes receberam tarefas e atuaram em oficinas nos projetos de extensão, inclusive acompanhando atividades em acampamentos e assentamentos, o que mudou profundamente o posicionamento de alguns estudantes envolvidos, principalmente em relação aos movimentos sociais, à realidade do campo e à própria atuação como professores.

A partir de 2010, o Laboratório criou uma especialização específica em Educação do Campo, gratuita e presencial, e nela foram inseridas disciplinas específicas sobre os movimentos sociais e a luta pela Reforma Agrária. No Mestrado, ou seja, no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, foram incluídos conteúdos específicos em disciplinas referentes aos estudos sobre currículo, políticas e leitura. Além de outros, um dos conteúdos inseridos foi o estudo sobre a proposta curricular do MST/PR. Além disso, foi ofertada disciplina específica sobre Educação do Campo e, nela, inseridos conteúdos sobre a trajetória do MST na educação. Houve a inserção de vários sujeitos vinculados aos movimentos sociais do campo no PPGE, egressos da Licenciatura em Educação do Campo, da Especialização em Educação do Campo, ofertados pela instituição, e de outros espaços, o que garantiu a verticalização dos estudos. Também foi construída uma dissertação sobre a proposta curricular do MST/PR e foram orientados vários trabalhos de iniciação científica que se dedicaram a investigar a mesma proposta, explicitando diferentes aspectos.

Em depoimento, um dos integrantes do MST⁵ indica a importância da parceria com a Unicentro e destaca alguns impactos nas comunidades envolvidas nos projetos.

A relação dialógica entre Unicentro e MST tem sido expressão do objetivo pretendido pelo MST ao lutar pelo acesso à educação superior, avançar no acesso ao conhecimento para alavancar a luta pela Reforma Agrária Popular. Podemos vislumbrar tanto nos processos de formação continuada com as educadoras e educadores das Escolas Itinerantes e Escolas de Assentamentos, como nos cursos formais de licenciatura e de especialização em Educação do Campo e por meio dos distintos projetos de extensão/comunicação, que as

⁵ Depoimento feito por Valter de Jesus Leite, integrante do MST e também autor do artigo.

ações culminaram em passos/mudanças/ações para implementação de um projeto educativo com aspirações emancipatórias. Entre as ações, citamos a incorporação da dimensão da agroecologia combinada à auto-organização nas formações continuadas com educadoras, educadores e estudantes, que contribuiu à massificação da compreensão e do estudo da agroecologia e impulsionou a efetivação de práticas agroecológicas nas escolas e comunidades. Também destacamos a potencialização do coletivo de mulheres de produção artesanal no Acampamento Maila Sabrina em Ortigueira e a participação na organização coletiva da produção das famílias do assentamento Nova Geração e do Acampamento Segunda Conquista, em Guarapuava. Para o MST esta relação constitui passos significativos na formação humana dos homens e mulheres Sem Terra e se somam na luta social para construir a travessia por relações sociais humanizadas e construtoras de uma nova sociedade. Passos fundamentais que fincam cunhas para continuidade da luta pelo rompimento das cercas do latifúndio do conhecimento. Dez anos de construção coletiva entre MST e Unicentro!

A relação com as comunidades provocou uma grande transformação e contribuiu para desenvolver as dimensões política, social e pedagógica da extensão/comunicação. Política, pois exigiu da Universidade um posicionamento no contexto da luta de classes, levando-a a estabelecer vínculos com os movimentos sociais organizados nessa luta. Social, pois levou à derrubada das cercas da Universidade, o que potencializou o encontro com as comunidades do campo, historicamente excluídas da maioria dos processos por ela realizados. E pedagógica, pois todos os sujeitos envolvidos foram educados nas relações estabelecidas, ou seja, todos tiveram aprendizagens importantes e desenvolveram capacidades (de análise, de síntese, de investigação, de planejamento, dentre outras) e atitudes (de cooperação, de respeito, de empatia, de luta, de engajamento, dentre outras).

Considerações finais

A construção desse capítulo propiciou, em primeiro lugar, a tomada de consciência sobre a importância dos processos de extensão/comunicação realizados em parceria com o MST. Ao realizá-los, anualmente, em nenhum momento havíamos feito uma sistematização de síntese tanto operacional como de concepção.

A realização de todas as ações apresentadas aconteceu com enfrentamentos internos, portanto, num processo de resistência e de ocupação. Ocupar a Universidade com as questões das comunidades do campo, vinculadas à luta pela Reforma Agrária, não foi tarefa fácil, pois, historicamente, os sujeitos inseridos nessa luta são excluídos de forma preconceituosa dos espaços desse lugar, o que vem mudando, tanto a partir do movimento que o MST faz ao criar demandas para a Universidade como do movimento feito por sujeitos que atuam no interior da

mesma, engajados à luta. Esses enfrentamentos não carregam só negatividade, pois o resultado de todo esforço e trabalho coletivo traz benefícios tanto aos sujeitos externos como à própria Universidade, que vai se pintando de povo, de povo do campo, ao inserir conteúdos, disciplinas, ao realizar projetos, cursos, ao estabelecer relação com as comunidades do campo.

Ocupação e relação que, neste momento histórico, materializam-se em novos desafios e aprendizados coletivos, por meio da luta e construção da quinta turma do curso de Pedagogia da Terra⁶, no Paraná, em parceria com Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária – PRONERA, que objetiva a formação de cinquenta pedagogos e pedagogas para atuarem atendendo a distintas necessidades formativas dos povos do campo.

Outro aspecto a se destacar é a qualificação dos processos de formação inicial e continuada dos educadores, o que coloca a Universidade, o ensino superior e a pós-graduação, também a serviço da Educação Básica, impactando diretamente na qualificação desses três níveis da educação da classe trabalhadora. Entendemos que esse processo é de fundamental importância, uma vez que consideramos a educação, o acesso a todos os níveis de ensino e, decorrente também deles, a apropriação do conhecimento amplo e profundo da realidade como instrumentos da luta da classe trabalhadora.

Explicitados todos os impactos da realização das ações de extensão/comunicação, concluímos que **a relação com as comunidades** é central para que a Universidade cumpra sua função social, seu papel de prestadora de serviços, que se torne uma instituição a serviço da classe trabalhadora e engajada às suas lutas. A relação com as comunidades faz com que a Unicentro se pinte de povo, de povo da classe trabalhadora do campo!!

Referências

CORRÊA, Edison José (org). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

⁶ No momento do fechamento desse capítulo, já havia sido realizado o vestibular e as matrículas dos estudantes para o referido curso, a ser ofertado pela Unicentro, em parceria com o MST e o governo federal (INCRA/PRONERA). A Universidade aguarda a transferência dos recursos para dar início às atividades.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAPELLI, Marlene L. S. **Escola do Campo – Espaço de disputa e de contradição: análise da Proposta Pedagógica das Escolas Itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina**. 331p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

UNICENTRO. **Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Guarapuava, 2009.